

Abertura da reunião: dez horas quando, no uso de competências próprias, o presidente da câmara municipal de Armamar, deu início à reunião pública desse órgão, dirigindo os trabalhos. -----

Data: 24 de abril de 2020. -----

Local: Por videoconferência. -----

A reunião iniciou-se com a presença de: -----

Presidente: João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca

Vereadores: António Manuel Almeida Rego da Silva

Cláudia Isabel Gomes de Jesus Damião

Jorge Augusto Fernandes Rodrigues

Luciano Teixeira Gomes

Secretário: Chefe da Divisão Municipal de Administração e Desenvolvimento Social, António José da Silva Fernandes

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O presidente João Paulo Fonseca, disponibilizou o resumo diário de tesouraria n.º 80 de 23 de abril de 2020, a relação dos compromissos, pagamentos e modificações ao orçamento – alterações, gerados entre 11 de março a 20 de abril. -----

Presidente João Paulo Fonseca, deu início à reunião de executivo municipal, a primeira por videoconferência, também atendendo aquilo que é o momento que atravessamos e as exigências. Informou que vai conduzir a reunião da seguinte forma, “vamos entrar no período antes da ordem do dia e eu vou fazer uma primeira intervenção, e depois como fazíamos nas reuniões presencias, passarei a palavra também aos restantes elementos do executivo”. Referiu que esta é a primeira reunião que se realiza por videoconferência, como a Lei também prevê e disse aos senhores vereadores, Jorge Rodrigues e Luciano Gomes, que “jamais a democracia foi suspensa em Armamar, jamais os senhores

receberam da parte do senhor presidente da câmara algum despacho que cancelasse as reuniões do executivo, não receberam nenhum despacho a dizer que as reuniões do executivo só se iam realizar em junho” e portanto achou as declarações que fizeram para alguns órgãos de comunicação social, não corresponde à verdade, e que lhe parece que se fez uso de um aproveitamento político, que não faz sentido numa altura que devemos é estar todos empenhados e todos a lutar para aquilo que é o objetivo comum que é a defesa daqueles que nos elegeram, a defesa da sua saúde das suas vidas. Foram criadas as condições para fazerem-se as reuniões desta forma, por videoconferência. Realçou que o município de Armamar, ao contrário daquilo que afirmam, não dispõe de meios e tiveram que ser adquiridos esses meios, e que estas coisas não são resolvidas de um momento para o outro, enquanto não estivessem reunidas e munidos de condições técnicas não se podia fazer. Quis deixar este desagrado pela forma como os senhores vereadores levaram a público esta situação que não é verdade, que não se passa no concelho de Armamar, muito pelo contrário, acho que “nós” temos é excesso de democracia, foi sempre também reconhecido pelos senhores vereadores, até nas reuniões do executivo, e naquilo que era a demora do período antes da ordem do dia, demorar mais de uma hora, portanto no meu concelho não quero, nem défice de democracia, nem excesso de democracia. Transmitiu a todos os vereadores que a partir de agora as reuniões do executivo terão uma hora antes do período da ordem do dia, e depois na ordem do dia os assuntos serão discutidos como têm que ser discutidos, sendo assim esta reunião tem uma hora antes do período da ordem do dia, terminando essa hora, passamos a ordem do dia. Informou das medidas que a câmara tem adotado durante este período do COVID-19, da propagação do COVID-19, disse que já foram tomadas, aqui, uma série de medidas que passa a elencar: criação de uma linha telefónica de emergência de atendimento permanente, que é efetuada por uma técnica da ação social e por uma psicóloga, e que aos fins de semana, esta linha telefónica, está

reencaminhada para o telemóvel direto do senhor presidente da câmara, sete dias por semana esta linha está em funcionamento; criação de uma linha telefónica da Proteção Civil que efetua diariamente o apoio às pessoas que estão em quarentena e também verifica se está a ser cumprida a mesma ou não; a criação de um sistema sonoro de aviso às populações, com três viaturas do município, que percorrem todas as freguesias e para além de esse aviso sonoro, fazem também fazem distribuição de bens de primeira necessidade, como medicamentos e também o transporte de algum munícipe dessas freguesias, de alguém que tenha necessidade de se deslocar a sede do concelho para fazer compras, para vir às farmácias, algumas situações de primeira necessidade; criamos em conjunto com as juntas de freguesia um sistema de desinfeção de ruas, as juntas de freguesia disponibilizam os meios e a mão-de-obra e a câmara fornece todos os materiais que são necessários, quer os produtos de desinfeção das ruas, quer os materiais de auto proteção, para se fazer essa aplicação; criou-se também uma unidade, de isolamento profilático, que está pronta a funcionar no quarto e no quinto piso do antigo Lar da Fundação Gaspar e Manuel Cardoso, portanto é uma unidade que funciona com dupla função, funciona como unidade de isolamento, caso seja necessário, mas também pode funcionar como uma unidade de acolhimento se houver necessidade de o fazer, portanto esta situação de isolamento tem uma capacidade para doze camas e em situação de acolhimento ela tem uma capacidade para quarenta camas, isso foi uma situação que foi levada a efeito pela autarquia com a colaboração da Fundação Gaspar e Manuel Cardoso, esta unidade está ou irá funcionar sempre sobre a supervisão das Autoridades de Saúde, serão eles a despoletar a necessidade ou não de utilizar essa unidade; semanalmente é feita a entrega de material de proteção individual às IPSS do nosso concelho, já foram distribuídas mais de três mil máscaras pelas IPSS, viseiras, fatos de proteção individual, desinfetantes, “estamos” a colaborar com as IPSS semanalmente e diariamente, “estamos” sempre em contacto com as IPSS; foram realizados testes de

despistagem, ao COVID-19, a todos os colaboradores das IPSS do concelho, quer em Lares, mas também aos Centros de Dia, embora agora por força da Lei não estejam a funcionar como Centro de Dia, mas continuam a apoiar os seus utentes; criou-se uma base de dados das empresas que efetuam transportes do estrangeiro, com destino à nossa região, em que essas empresas enviam antes de saírem, quer de França, quer da Suíça, que são dois países onde temos tido mais regresso de emigrantes, fazem chegar quer à câmara, quer as autoridades, quem é que transportam e os seus contactos e eles são fiscalizados à chegada ao concelho; criamos também uma plataforma WhatsApp onde está incluído o município, as juntas de freguesia, a GNR, que faz circular informação da forma mais rápida, temos uma tabela atualizada ao dia em que o Serviço da Proteção Civil sabe quem chega ao concelho, quer seja do estrangeiro, quer seja de outro ponto do país; é feito um apoio diário ao Centro de Saúde de Armamar com a disponibilização de uma viatura e do respetivo motorista, para apoios domiciliários que são necessários fazer; são cedidos, semanalmente, os nossos assistentes operacionais às IPSS e aos Bombeiros, para ajudarem nos trabalhos de limpeza e higienização dos espaços; iniciamos ontem, e vamos concluir hoje, a distribuição dos computadores para as famílias que não dispunham de qualquer equipamento informático, para que todos tenham acesso àquilo que é o ensino à distância; “temos” em marcha um projeto em conjunto com a Universidade Sénior e com algumas pessoas da comunidade civil para a confeção de máscaras reutilizáveis em que a câmara fornece o tecido, elásticos, tudo aquilo que é necessário à confeção dessas máscaras reutilizáveis, e os alunos da Universidade Sénior e algumas pessoas da comunidade civil executam e confeccionem essas máscaras. Assim até ao dia de hoje foram realizados no concelho 276 testes de despiste à COVID-19 a expensas da câmara e foram realizados, mas 47 testes através do Serviço Nacional de Saúde para casos suspeitos ao COVID-19, todos os testes realizados foram negativos, isto também deve “nos” deixar satisfeitos. E disse que ainda

durante o dia de hoje e tendo em atenção àquilo que é a política das autoridades de saúde, iniciaram hoje, os teste por zaragatoa, no Lar da Santa Casa da Misericórdia de Armamar a todos os utentes e a todos os colaboradores, irão de seguida fazer estes testes de despistagem no Lar do Centro Paroquial de Fontelo e depois durante a próxima semana e a semana a seguir irão efetuar testes a todos restantes Lares do concelho, portanto, vão ser efetuados testes a todos os utentes e colaboradores das IPSS. Neste momento foram as medidas que foram implementadas pelo município e as coisas têm corrido bem, deixou aqui uma palavra de apreço a todas as entidades que colaboram desde os Bombeiros, GNR, o Centro de Saúde, tem havido aqui uma coordenação com todas estas entidades, e deixar aqui uma palavra de agradecimento à maior parte da nossa população que, efetivamente também, tem cumprido com aquilo que são as orientações e as precauções a ter perante as situações desta natureza, que “nos” deve deixar a todos satisfeitos de não ter nenhum caso positivo de COVID-19 no concelho. -----

Vereador António Silva, cumprimentou todos e desejou que estejam com saúde e respetivas famílias. No âmbito da pandemia disse que requer toda a “nossa” atenção e o “nosso” empenho, dizer que o senhor presidente já fez um resumo daquilo que se tem desenvolvido a nível do concelho e que felizmente até agora, penso que sendo otimista, isto ainda tem algum tempo para durar, e para que se possa voltar à normalidade, o empenho e a atenção deve continuar. Referiu que a nível da educação “temos estado ordenados com o Agrupamento de Escolas”, para que todas as atividades, não com a normalidade que é desejável, possam decorrer, mas também de acordo com o plano feito, “darmos o nosso contributo” e isto tem sido essencialmente no fornecimento de refeições aos alunos que estão na escola e cujos pais tem que trabalhar, e neste momento, estão na escola três alunos têm as refeições todos os dias, no âmbito do docência à distância parte está a ser feito pela televisão, e em face do levantamento feito

pela escola estamos neste momento a distribuir os tablets, necessários, às famílias que transmitiram à escola que não tinham qualquer tipo de equipamentos, há uma lista que foi feita com aqueles que não tinham equipamentos e com aquelas que tinha algum mas estavam a partilhar, portanto na primeira fase estão quase todos distribuídos, e todos aqueles que não tinham qualquer tipo de equipamento vão ficar salvaguardados, depois ainda vamos ver se podemos ainda dar cobertura às famílias que têm na escola mais que um aluno e que estão a partilhar o computador em casa. Dizer também que entretanto, e aí o “meu lamento embora compreenda” que a situação da crise e da pandemia absorva todas as atenções ao nosso Governo Central, que no âmbito dessas medidas, foram comunicadas e que muitas delas até nem pertenciam ao município, embora o município ou os municípios muito devem salvaguardar as suas populações, os seus territórios, porque senão pelo aquilo que temos verificado, estávamos completamente ao abandono, e “vou dar só aqui um exemplo” que a nível de educação tenho conhecimento que os senhores Secretários de Estado andam a falar com os Agrupamentos de Escolas e até hoje não tiveram uma única comunicação com a câmara, a exemplo de outras áreas, “salvo erro, não estar enganado, mas depois o senhor presidente poderá dizer alguma coisa, um contacto uma informação a dizer como isto estava a desenvolver, põem as coisas nas televisões põem o ensino à distância, embora, eu compreendo, nós estamos noutro terreno, podemos dar a nossa ajuda, e estamos a dar, mas há coisas que não são da nossa responsabilidade e que penso que pelo menos deviam dar algum tipo de apoio”. Disse que o senhor presidente e o empenho de várias entidades, também, alargar a mesma a muitos dos nosso funcionários, que tem sido inexecutáveis, seja como obrigação, tudo muito bem, mas a obrigação é para todos, e alguns realmente têm sido inexecutáveis, e outros têm vindo todos os dias, porque há sempre trabalho para fazer, há sempre trabalho para organizar, é claro que isto tem funcionado em equipas, mas quando tem que se dizer isto, é a verdade, e não se pode

esconder alguns realmente têm sido inexcedíveis em prol das nossas populações, demonstrou-se muito satisfeito e agradeceu esse empenho. Em relação à atividade da câmara disse que como agora é menor, tem decorrido dentro daquilo que se tem estipulado, espero e desejo também, que o teletrabalho esteja a decorrer bem, e que quando os funcionários voltarem não haja qualquer tipo de desculpa para o trabalho estar atrasado, antes pelo contrário devia estar tudo adiantado, porque também por aquilo que “me tem chegado” não tem havido grandes restrições para que isso aconteça, vai decorrendo com a normalidade que se espera com alguma contingência, indicou, que perante a diminuição da nossa atividade os fluxos financeiros são menores, mas há alguns que decorrem e vai-se faturando, e vai-se requisitando e vai-se pagando, e transmitir a todos que neste momento, o município de Armamar, do que está faturado na câmara, que está registado, tem tudo até ao mês de fevereiro liquidado, já foi liquidado parte de março e alguma possibilidade, não sei se na totalidade, do mês de março ficar completamente pago, e depois para maio resta só fazer os pagamentos do mês de abril, ficando aqui os pagamentos praticamente a “30 dias”. Apelou a que todos neste momento, de pandemia, continuem a dar o melhor em prol das nossas populações, para que quando chegarmos ao fim, haja um menor número de casos no nosso território. Para finalizar gostaria de saber a opinião dos colegas, em relação, ao evento que vai decorrer amanhã na Assembleia da República, “aquele exemplo que vai decorrer lá, como é que se pode pedir às nossas populações, isto é a minha opinião, que fiquem confinadas para ver se isto se extingue o mais rapidamente e depois temos aquele exemplo, se realizassem o evento pela televisão”, não concorda com este evento, e “vamos ver agora no dia 13 de maio ou daqui para a frente se houver missas de domingo, irem lá concentrar-se mais de seis ou sete pessoas, e se vai ser proibido e se depois vão lá as entidades prendê-las, acho que isto é um mau exemplo”, diz que esta situação não tem nada a ver com a democracia, antes pelo contrario, porque exigem a

democracia aos outros e depois eles fazem o contrario, referindo que o exemplo não está a ser dado, que já corre na internet que aquele evento vai custar dois milhões de euros, dois milhões de euros dá para muitas máscaras e para muitos desinfetantes para as populações. -----

Vereador Jorge Rodrigues, começou por desejar que todos estejam com saúde. E em primeiro lugar homenageou todos os profissionais que estão na linha da frente, quer no Centro de Saúde, as autoridades, GNR, funcionários dos supermercados, funcionários das bombas de gasolina, funcionários de câmara, outras pessoas que andam expostas, pessoas que andam a poiar os idosos, funcionários dos bancos, deixou uma palavra de satisfação como isto está a decorrer, e como as IPSS enfrentaram esta pandemia, tudo indica que não há nenhum caso, fica bem vista a autarquia, as associações e de toda a gente que está envolvida com a população, deixou esta palavra de satisfação e agradecimento também a todos os munícipes que de uma forma ou de outra estão também a tentar segurar, não andam a abusar muito, pode haver algumas exceções, mas também têm reagido bem às diretrizes emanadas pela Direção de Saúde. Demonstrou-se admirado pela limitação do tempo antes do período da ordem do dia, justamente, numa altura que devia ter mais tempo, porque houve duas reuniões que não foram feitas, devia ter mais tempo para debater os assuntos, não é a altura certa para se limitar esse tempo, e questionou porque é que neste momento é que se vai alterar, passado quase três anos, é que se vai alterar esta forma de trabalhar nas reuniões”. Referiu que quando se fala que a suspensão da democracia foi feita em Armamar era um assunto que era evitado, porque “o presidente sabe e os outros vereadores, mas principalmente o presidente e o vereador António Silva com quem tenho falado mais, ultimamente não tanto com o presidente, mas no início da pandemia e ele viu que estávamos disponíveis, se fosse preciso, mas houve ali uma altura que se cortou e depois não se informou mais, já não eramos mais ouvidos”. Em relação a esta reunião, que se está a fazer agora, já

podia ter feito antes, isto são uns minutos de instalação do programa e isto não obriga a tantas exigências técnicas, a câmara tem aí técnicos, “eu acho que é tão simples, pelo menos para mim foi, assim foi só carregar num botão, trinta segundos e ficamos ligados, não sei porque aí na câmara também não acontecia isso”. Disse que não concorda com a limitação de tempo antes do período da ordem dia. Perguntou quantos testes de COVID-19 foram feitos, e se foram pagos pela câmara. Referiu que desta vez não lhe mandaram as ordens de pagamento nem os pagamentos que foram feitos no mês passado, questionou porque não as mandaram. Em relação aos testes quis saber quando iam ser realizados, e se vão ser realizados a todos os utentes dos Lares, afirmou que “o senhor presidente também já adiantou a resposta, começam hoje, salvo erro, em Armamar depois para a semana ou ainda é hoje que vão fazer em Fontelo” e quer saber qual é o critério. Disse que a câmara ofereceu equipamento de proteção individual aos lares, e questionou porque alguns Lares agradecem nas redes sociais e outros não, dá a indicação que soube que a câmara ofereceu a todos os Lares, e perguntou quais os critérios em que se oferece o equipamento aos Lares, se eles pedem, se é pela média de utentes. Em relação aos funcionários da câmara, quer saber como é que está a situação dos funcionários, “os que estão a trabalhar os que não estão a trabalhar, os que estão a recibos verdes, se está suspenso o pagamento, se eles vão receber na mesma, se estão em teletrabalho, se os funcionários que não estão a trabalhar se estão disponíveis para fazer outras atividades, que a câmara necessite de apoio, que pelos vistos sei que alguns já foram recrutados para apoiar alguma instituição, se recebem subsídio de refeição os que estão em casa, os que estão a receber os recibos verdes como é que foi isso, suspendeu ficaram em casa, estão a trabalhar ou não”. Perguntou quantas camas estão disponíveis nessa unidade criada para o COVID-19, salientou que “oi criada essa unidade e muito bem, e também dar os parabéns por isso e por terem aproveitado as instalações do antigo Hospital, por terem essa retaguarda. Disse que agora se começa a preparar o

tornar nas atividades económicas e pergunta se a câmara tem algum plano para ajudar as empresas, todas estas empresas pequenas de comércio e alguns produtores. Em relação às festas perguntou se vão ser canceladas ou não, e quis saber se os apoios que foram dados às associações e munícipes para participarem em eventos, e esses eventos foram cancelados, quer saber se esses apoios já pagos se ficam para o próximo ano, se forem participar para o ano, e os que não pagaram se ainda vão pagar ou não. Em relação às escolas diz que tem falado com o vereador da educação, de vez em quando, também o tem esclarecido, pergunta se estão salvaguardados todos os alunos que precisem e em todas as freguesias, de equipamentos informáticos. Aproveitou para dizer o que é que o senhor presidente agora tem feito, que agora vê-se a fragilidade em que nós estamos, em relação à rede da internet, perguntou ao senhor presidente se tem feito alguma coisa, se tem acelerado algum processo, se investiu algum dinheiro, para realmente todos terem o mesmo a mesma forma de todos acederem a esses novas tecnologias, porque é nestas alturas que se veem também quais são as capacidades que os concelhos têm, é uma forma de mostrar que o nosso concelho também é desenvolvido e que todos os alunos têm acesso e condições, salientou a questão da fibra ótica, que já tanto reclamamos, se consegue chegar a todas as populações. Também “gostava” de saber sobre os transportes do concelho, que na última reunião, o senhor presidente disse que ia falar com a empresa de transportes, se continuam a dar apoios obrigatórios ou se já está suspenso o serviço todo. Em relação aos idosos e aos mais vulneráveis “dá-me impressão que a câmara tem feito um trabalho razoável” ajudar quem precisa, a câmara e as juntas de freguesia estão a dar apoio a toda as pessoas e isso também é de salientar e ver que a câmara, nestes casos, também tem apoiado “e acho muito bem devem apoiar todas as pessoas e também queria dizer o que for preciso também da minha parte, quer seja da associação dos fruticultores ou da cooperativa, se houver alguém com dificuldades e precisarem de umas maçãs de alguma

coisa que se possa oferecer, a câmara pode ir buscar, e faz a distribuição, é que entrega, não precisamos de holofotes por causa disso é só para ajudar”. Questionou quanto a câmara gastou com esta pandemia, do COVID – 19. E aproveitou para dizer que a câmara havia de arranjar uma verba para distribuir pelas juntas de freguesia, porque as juntas de freguesia, têm tido um papel importante, na desinfeção, sabe que a câmara municipal ofereceu o produto, para eles fazerem a desinfeção, e fez muito bem, é bom que apoiem as juntas de freguesia que agora têm as despesas aumentadas, pede para a câmara arranjar uma verba para as juntas de freguesias, para ficarem com mais condições, para que estas possam ajudar as suas populações. Falou da proposta sugerida, em relação à isenção das taxas fixas dos custos da água e do lixo e também perguntou, ao senhor presidente da câmara, se os funcionários mais direcionados para a parte jurídica, para a parte psicológica e de apoio social, se estão ativos, se estão a trabalhar, e se estão a apoiar, nestas alturas pode haver algum caso já com problemas psicológicos, pessoas que precisam de apoio, a câmara devia criar uma linha telefónica, como fez para as outras situações, para estes casos do apoio psicológico às populações. Disse que tem recebido muitas reclamações por causa dos animais abandonados e também gostava de saber porque a câmara municipal não se candidatou à campanha de apoio para a esterilização de animais, houve muitas câmaras que se candidataram para essa verba, perguntou porque é que a câmara municipal de Armamar, não. -----

Vereador Luciano Gomes, começou por referir que tinha umas perguntas para fazer, mas pelo decorrer da reunião foi obtendo as respostas. Perguntou qual era o produto da desinfeção das ruas, porque ouviu dizer que foi com cloro, como não sabe se é verdade ou não. Ficou satisfeito em saber que os utentes e colaboradores dos Lares vão ser testados, com zaragatoa, é uma boa notícia. Ficou satisfeito pelo vereador António Silva ter dito que vai haver tablets para os alunos da Escola que não tenham nenhum equipamento em casa. Como é evidente numa pandemia as pessoas ficam necessitadas e

portanto devemos ajudar, mas uns têm mais meios do que outros, e acha que o senhor presidente deveria pedir ao Diretor das Minas de Santo Adrião, que contribuísse com algo generoso, pois são empresas multimilionárias, que levam a “nossa” matéria-prima e não deixam praticamente nada ao concelho, seria bom que eles também contribuíssem com alguma coisa, outras firmas que também deveriam ajudar são a Pedreira de São Domingos, que leva matéria-prima e não deixa nada, a Mini-hídrica de Armamar pouco paga e tem grande rendimento com a barragem, salientou também as Águas de Portugal que podiam ajudar e até a EDP e a REN, podiam ajudar o concelho, estas firmas deveriam ajudar, pois, têm instalados no nosso concelho estruturas, que foram rejeitadas noutros concelhos, portanto devem colaborar. Sugeriu que o senhor presidente tivesse em atenção, a câmara deveria comprar termómetros de infravermelhos para serem utilizados à entrada das Escolas, à entrada dos Lares, na sede do município e outros locais que representassem risco de contágio, é o principal meio para detetar o contágio. Sugeriu que como é tempo de apertar o cinto o senhor presidente deveria, isto já foi falado mais do que uma vez, mas deveria ter pedido à Empresa Armamar Viva que renegociasse a renda “todos estamos a perder” e essa firma continua a receber “as rendinhas certinhas”, apelou para ser vista esta situação. Em relação à reunião que vai acontecer amanhã na Assembleia da República, é de opinião que “se fosse eu a mandar não a fazia, mas também não discordo, muito, porque o que vai acontecer amanhã no parlamento é o que acontece todos os dias, eles nunca deixaram de efetuar reuniões, portanto é mais uma, e tenho dito”. -----

Vereador Jorge Rodrigues, disse que se esqueceu de falar nesta situação do 25 de abril, e em relação a essa questão do 25 de abril, diz que o Estado não devia gastar nenhum dinheiro com esses festejos por duas razões, “primeiro porque nos obriga a nós a confinar e infelizmente não podemos estar nem em eventos religiosos nem acompanhar os nossos, infelizmente, entes queridos que morrem, e segundo é a questão da despesa,

se realmente forem dois milhões de euros, que se gaste, eu sou literalmente contra que seja feito este evento”. -----

Vereadora Cláudia Damião, começou por dizer que, isto hoje é uma estreia também para nós nas reuniões de câmara e demonstrou satisfação pela forma como está a decorrer, disse que todos estão a responder favoravelmente a estas tecnologias. -----

E desejou que todos se encontram bem de saúde. Falou da sociedade civil que está a responder a esta solicitações a estes apelos a esta forma nova de estar na vida e felicitou “todos nós que de uma maneira estamos muito conscientes, e muito preocupados, e a querer fazer parte da solução, e não do problema” naturalmente isto é estendido, de sobremaneira, a todos os profissionais essenciais, a toda a gente que está na linha da frente, e aqui também eu sei que ser juiz em causa própria não é muito agradável mas tenho que reconhecer também o papel que todos temos feito por aqui, nomeadamente, no município, para que as coisas continuem pelo menos a trazer-nos boas notícias e o facto de não termos nenhum caso, até hoje, registado é realmente muito bom é prova do trabalho que tem sido feito, é prova dos esforço das pessoas, é prova de todo o profissionalismo, e portanto vamos ver se continuamos a ser “bafejados pela sorte” e pelo trabalho. Informou que foi aprovado o CDLS, a Fundação Gaspar e Manuel Cardoso recebeu já o termo de decisão, notificação da aprovação, tem agora um mês para se pronunciar, portanto para rever os termos e depois desse período, noventa dias para iniciar as funções, referiu que é bom iniciar já neste período em que, sobretudo, os mais idosos e mais fragilizados, precisam realmente de outra atenção e apoio. Disse que para além do que já foi dito, estamos a colaborar ao nível do Gabinete de Inserção Profissional, com a divulgação e colocação de pessoas na medida de apoio ao reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde, portanto são aqui aqueles recursos humanos que é possível recrutar para nesta situação de emergência, reforçar o trabalho que é feito nos Lares. Lamentou o cancelamento dos eventos, que entretanto por esta

altura, um já ia acontecer neste próximo fim-de-semana que era o Fim-de-semana Gastronómico onde estávamos a projetar um evento interessante e depois a Recriação Histórica que também estava projetada para maio, salientou que haverá outras oportunidades para a realizar eventos, com certeza depois disto tudo passar. -----

Presidente João Paulo Fonseca, agradeceu a todos e disse que vai responder a todas as questões que foram colocadas. Começou por referir a aprovação do CLDS que se esqueceu de falar. Deixou uma palavra de apreço às juntas de freguesia pela iniciativa, e que pelo menos a maior parte delas, já disseram, que elas próprias fazem a distribuição de máscaras pelas suas populações, enquanto agentes locais de maior proximidade, é de louvar esta atitude das juntas de freguesia, “deixo aqui este agradecimento às juntas de freguesias por esta atitude”. Falou da questão da situação da internet do concelho, da entrega dos tablets, e apenas três pessoas disseram que não disponham de internet e já estamos a tratar desse assunto, diz que há várias propostas para resolver a situação da internet, não só para aqueles que não têm, mas também aqueles que têm mas com fraco sinal de rede, o que também dificulta o acesso a determinado tipo de informação e portanto temos desde a banda larga móvel até apenas ao repetidor de sinal, em termos daquilo que é o orçamento para a fibra ótica e só para cinco freguesias, que são as que têm pior rede neste momento, cinco freguesias ou cinco localidades que são Tões, São Romão, Cimbres, Santa Cruz e Contim, estamos a falar de um investimento de sessenta e sete mil euros, que nós sabemos que vai ter que ser feito, mas que não resolve no imediato a situação, porque isto carece, em primeiro lugar do lançamento dos procedimentos, que são demorados, depois carece da obra que é demorada, neste momento a fibra ótica, para resolver o assunto dos alunos que têm dificuldade de acesso à internet, não é uma solução, imediata, e é preciso uma solução no imediato, criar já essas soluções e depois partir para no futuro abraçarmos para a cobertura total do concelho de Armamar com fibra ótica, mas neste momento temos que procurar

soluções, mais céleres, para que os alunos possam ter acesso à informação e portanto estamos a trabalhar, temos várias soluções, uma solução é o repetidor de sinal, está a ser feito um estudo para que toda a gente possa ter acesso à internet nas devidas condições. Em relação aos testes de despistagem, ao COVID-19, foram feitos 272 testes pagos pela autarquia, com um custo de 40 euros por teste, e depois foram feitos mais 46 testes pelo Serviço Nacional de Saúde, mas estes por indicação dos profissionais de saúde, de casos que tinham sintomas suspeitos e foram sujeitos a esses testes e como eu disse deram negativos. Como já tinha referido começam, a partir de hoje, os testes, a todos os utentes e colaboradores dos Lares de Idosos, por zaragatoa, feitos pelo Serviço Nacional de Saúde, o critério foi definido pela Autoridade de Saúde, iniciaram por Vila Seca, não porque haja alguma suspeita, mas porque eles acham que de dentro de todas as Instituições, é aquela que atualmente tem menos condições em termos de edifício, e portanto seria a prioritária e depois passam a Fontelo e a seguir farão às outras instituições. -----

Vereador Jorge Rodrigues, questionou porque está a diferenciar de zaragatoa é mais fiável este teste, o outro não era tanto, os outros testes também foram feitos, mas de outra forma, análise ao sangue, há alguma diferença. -----

Presidente João Paulo Fonseca, respondeu que os testes de zaragatoa são os testes reconhecidos pela Direção Geral de Saúde com base em prescrição médica, são chamados de “testes oficiais” da Direção Geral de Saúde e que contabilizam os casos efetivos de COVID-19, os testes de despistagem ao sangue que detetam na mesma a situação dos anticorpos para o COVID-19 mas depois tem que ser submetidos a um segundo teste por zaragatoa, para ser considerado pela Direção Geral de Saúde, mas estes testes que foram feitos, os 276, também são testes de despistagem e quando foram feitos, houve 3 casos que foram inconclusivos, essas 3 pessoas foram no dia seguinte fazer o teste por zaragatoa por indicação da Direção Geral de Saúde, para

despistar qualquer situação, portanto estes testes são de despistagem mas não são considerados pela Direção Geral de Saúde, mas detetam na mesma alguma situação de anormal, que depois são prioritários para serem efetuados testes por zaragatoa, pelas Autoridades de Saúde. -----

Vereador Jorge Rodrigues, diz que falou sobre estes testes, porque também concordou com estes testes que são feitos de imediato ao sangue, “estou a realçar isto para ficar bem esclarecido, que estes testes ao sangue têm a mesma função idêntica ao teste por zaragatoa”, diz que é bom realçar esta situação porque andam a dizer que estes testes ao sangue, não são tão fiáveis, como os testes por zaragatoa. -----

Presidente João Paulo Fonseca, referiu que há clínicos que defendem que estes testes ao sangue têm uma vantagem, em relação aos outros, se alguém já teve a doença e já a curou, é possível detetar se essa pessoa foi infetada pelo vírus e já está imune, portanto os testes ao sangue são fiáveis agora em termos de contabilização para a Direção Geral de Saúde eles só contabilizam aqueles que são efetuados por zaragatoa. Em relação aos Lares aquilo que temos feito em distribuição, de material de auto proteção, de máscaras, de fatos, de desinfetantes, de viseiras, daquilo que é necessário, o critério tem a ver com o número de utentes e com o número de colaboradores, é distribuído em proporção do número de utentes e do número de colaboradores, em relação aos agradecimentos ficam a quem tem que os fazer, os agradecimentos são feitos ao município e portanto são feitos a todos nós, agora se há pessoas que acham que devem fazer esse agradecimento, ficamos todos muito gratos que o façam, se há outros que entendem que não o devem fazer, não sei porque razões, mas paciência, mas também não te sei dizer o porque, como é obvio. -----

Quanto aos funcionários da câmara há alguns funcionários que estão em funções de teletrabalho, e os restantes funcionários que estão a trabalhar de acordo com aquilo que também são as indicações da não aglomeração de muita gente nos postos de trabalho,

portanto estão a trabalhar em espelho, em algumas situações equipas trabalham 15 dias, e depois outras equipas trabalham outros 15 dias, estamos a funcionar quer em termos de teletrabalho quer em termos de funcionamento em espelho. Em relação aos pagamentos em termos de subsídios de refeição e outros, não é só o subsídio de refeição que está em causa, há aqui outras situações, e é lógico, senão estão ao serviço que não o tenham, a situação do subsídio de refeição tem que ser calculado em função do número de dias efetivos de trabalho e esse trabalho está a ser feito pelos recursos humanos da câmara. Informou que a unidade que foi criada no antigo Lar da Fundação Gaspar e Manuel Cardoso e antigo edifício do Hospital, neste momento tem capacidade para quarenta camas numa perspetiva de acolhimento, e capacidade para doze camas se funcionar como isolamento estas duas funções que serão utilizadas mediante as indicações das Autoridades de Saúde. Em relação ao preparar o futuro, e preparar a retoma, é lógico que, é importante começarmos a pensar, o levantamento do Estado de Emergência vai-se prolongar por muito mais tempo, mas temos de pensar naquilo que vem a seguir vai ser uma situação difícil para todos, e há que criar aqui planos de apoio e é nesse sentido que vamos ter reunião da CIMDOURO na próxima quarta-feira, vamos criar um plano conjunto, depois cada município terá o seu próprio plano, nem todos sofreremos dos mesmos males, foi feita uma reunião prévia, na segunda-feira, onde debatemos vários assuntos e um dos quais é podermos propor ao Governo e à Entidade Gestora dos Fundos Comunitários, retirarmos verbas de ações onde ainda existe muito dinheiro e onde não vai ser gasto, por exemplo na eficiência energética onde a CIMDOURO tinha cerca de oito milhões de euros para investimento e só foram alocados quatro milhões e meio portanto há três milhões e meio, da eficiência energética, que nós gostávamos que pudessem se deslocados para o apoio à economia local, a forma como se vai fazer através de reuniões sectoriais, por exemplo, na área da maçã aquilo que se defende é que esses apoios possam ser numa primeira fase efetuados

à própria produção e depois poderemos passar para outras situações, porque o apoio à economia pode passar sempre por não ser um apoio imediato, esses apoios à produção serem imediatos, mas depois haver outros apoios que garantam a sustentabilidade do futuro, como os apoios para o frio, apoios para o regadio, etc., mas nesta primeira fase aquilo que se quer efetuar é um plano de apoio direto à economia no imediato. Em relação aos funcionários que estão a recibos verdes, alguns estão a trabalhar outros não estão, mas também não te sei dizer o número, depois o Chefe da DADS faz o envio das relações da relação dos pagamentos, e da relação dos que estão a trabalhar referente às pessoas que estão a recibos verdes. Referiu que as festividades locais estão suspensas até final de junho, penso que irão ficar suspensas até final de julho e agosto, porque não vai haver condições para as fazer, estão suspensas. Sobre os eventos que são apoiados e que para já estão suspensos, e não cancelados, é lógico, senão forem realizados este ano, aqueles que já foram pagos vão passar para o ano seguinte, aqueles que ainda não demos o apoio estão suspensos os pagamentos. Em relação à situação dos transportes do concelho, como sabem o “SIM” foi suspenso e foram também reduzidos os números de carreiras públicas a funcionar no concelho e portanto não faz sentido para já que se esteja a falar de compensações, quando ainda nem sabemos o impacto real, mas com certeza que a haver lugar a compensações tem de ser as compensações devidas pelo número de viagens feitas pela empresa, portanto não há compensações sem haver serviço prestado. Sobre a situação da isenção de taxas para os consumidores de água e do lixo disse ter uma forma diferente de se aplicar estas isenções, ainda não se sabe se poderão ser isenções, é preciso ver se legalmente isso é possível ou de outra forma, porque para já o que é que acontece, o pagamento da água e de outras taxas estão suspensos as pessoas não pagam e quando voltar a haver condições para pagar, há que arranjar soluções e uma das soluções é diluir o valor que não foi pago em doze meses, em cada uma das faturas, e trará uma proposta na próxima reunião de executivo. E acha

que não se pode ter medidas iguais para situações diferentes porque não se pode isentar sem se perceber as condições de cada um, em relação a algum comércio, o comércio que teve de portas fechadas é o que se possa isentar, o comércio que esteve de portas abertas e algum comércio que até aumentou o nível de faturação não podemos usar a mesma solução para situações, que são distintas, portanto aquilo que “eu defendo é isenções não sei qual o termo a usar, depois juridicamente saberemos qual a formula como temos que o fazer, agora nós temos que ser equitativos nas medidas que vamos lançar, temos que ser justos, senão estamos a cometer aqui algumas injustiças perante situações que são diferentes”, defende isenções para aqueles que, efetivamente, perderam durante este período rendimentos, que justifiquem que a câmara tenha para com eles uma situação de exceção. Informou que os municípios que se candidataram ao programa de esterilização dos animais, nós não o fizemos nós e outros municípios tendo por base já o projeto do CRO-Centro de Recolha Oficial de Animais, porque o CRO-Centro de Recolha Oficial de animais tem também incluído o processo de esterilização de animais, e na altura não se fez, agora também não se vai fazer, já sabia que foi lançado o procedimento para a construção do CRO-Centro de Recolha Oficial de Animais. -----

Vereador Jorge Rodrigues, disse que se falasse com um veterinário que fizesse um pacote, “também não é assim tão caro são trinta ou quarenta euros também se fossem vinte ou trinta cães ou cadelas”. -----

Presidente João Paulo Fonseca, disse que grande parte dos municípios que se candidataram no programa da esterilização, eram aqueles que já tinham no quadro do município um veterinário municipal, disse que não é só fazer a candidatura depois é preciso contratar um veterinário, contratar um prestador de serviços e depois aquilo que é o apoio vai para o material de esterilização e para tudo que é necessário e depois não chega sequer para pagar ao profissional. -----

Vereador Jorge Rodrigues, interrompeu e questionou o senhor presidente, que não falou nos psicólogos. -----

Presidente João Paulo Fonseca, disse que foi uma das primeiras situações a criar, que foi a linha de apoio com uma técnica social e uma psicóloga, e, portanto, temos esse serviço em funcionamento para dar resposta a qualquer necessidade que haja, quer esse serviço via telefone, quer esse serviço presencial. Respondeu, ao vereador Luciano gomes, que concorda que algum tecido empresarial, seja ele local ou não, e a maior parte daquele que, o vereador Luciano Gomes falou não é local, e disse que são as grandes empresas que têm negócios em Armamar que deviam ser os primeiros a dar o passo em frente na ajuda, mas estas entidades é que têm que dar o primeiro passo e contribuir e não a câmara lhes pedir, disse concordar com o Vereador Luciano em relação às entidades que foram mencionadas e que podiam contribuir, referiu que a EDP fez um donativo à Santa Casa da Misericórdia de Armamar, portanto a EDP já contribuiu para o nosso concelho, em relação às Minas de Santo Adrião até agora ainda não tiraram nada e com uma agravante pararam a exploração por força das contingências, voltou a referir que concorda com o que o vereador Luciano Gomes disse em relação a estas empresas poderem contribuir para a situação que estamos a viver com pandemia. Para terminar em relação à situação da aquisição do equipamento dos termómetros infra vermelhos, aquilo que tem conhecimento, é que essa vai ser uma das recomendações da Direção Geral de Saúde, para fazer algum controle nos equipamentos públicos etc., e acha muito bem, diz ser uma forma de triagem que pode ser utilizado e que vai perceber quanto custa equiparmo-nos com essa situação. Informou que a situação da Armamar Viva, neste momento, não há condições para uma negociação de condições que já foram negociadas há bem pouco tempo. -----

PERIODO DA ORDEM DO DIA

Ata da reunião realizada em 30 de outubro de 2019 -----

Presidente João Paulo Fonseca, em relação às três atas que foram distribuídas pelos senhores vereadores, as mesmas estão de acordo com aquilo que se passou nas reuniões de câmara e são para aprovar, pergunta se alguém tem alguma coisa a dizer em relação às atas. -----

Vereador Jorge Rodrigues, em relação às atas disse que se é para se cumprir à regra as Leis, que “falhámos” logo na primeira opção, porque as atas não cumprem as regras, e questionou “porque é que as atas em falta não estão prontas, disseram que iam estar prontas até novembro do ano passado, depois até ao final do ano, depois era o programa que estava a ser feito, um site novo, depois era no mês passado e continuamos nisto”, disse ainda ser um problema que vem desde o início que já se falou várias vezes nisto e desta vez vai assumir a responsabilidade de não concordar com as atas por dois fatores principais “uma que uma das atas é do mês de outubro, passa mais de um mês para aprovar as atas, outra também gostava que me explicassem se as atas já estão todas feitas, as anteriores, se têm uma sequência, ou se é aleatório, vem uma ata de outubro depois vem outra de junho, e a coisa mais grave que nós vamos ter que tomar providências, acho que a câmara tem que tomar, as atas não estão numeradas isto não existe, isto é ilegal, não ponho em causa a questão de serem alteradas por vocês, porque ao contrário do que o presidente da câmara falou, lá na resposta, ao Jornal do Centro, a dizer que eu já os conheço, bem sei qual é a intenção deles, eu também te conheço bem a ti e se calhar tenho certas dúvidas, em relação às atas eu não vou aprovar estas atas e as outras também não” e voltou a referir que as atas têm que ter numeração, têm que ser todas colocadas numa sequência por datas. -----

Presidente João Paulo Fonseca, em relação às atas perguntou se aprovam ou não as atas.

Vereador Jorge Rodrigues, voltou a dizer que não aprova e acha que é grave o que está a acontecer com as atas, “porque as atas não têm numeração, as atas estão todas ilegais, as que foram feitas até agora, e isso não pode acontecer”. -----

Vereadora Cláudia Damião, explica que as atas têm numeração, diz “eu ainda agora estive a consultar no nosso site, as que estão publicadas, e elas têm, no canto superior direito, numeração”. -----

Vereador Jorge Rodrigues, refere que então só as que estão publicadas é que têm numeração, as que vêm “para nós não têm numeração, nós aprovamos umas e depois as outras são diferentes”. Diz não poder aprovar uma ata com atraso de seis meses, e quer saber quantas atas faltam, diz haver assuntos que foram fulcrais e houve desenvolvimentos que não estão vertidos nas atas. Sublinha o facto de, em 2017 tiveram cinco reuniões e só foi publicada uma ata, em 2018 tiveram vinte e quatro reuniões e foram publicadas três atas e em 2019 tiveram vinte e quatro reuniões e foram publicadas seis atas, diz não saber qual o critério aqui usado para a publicações das atas, refere “isto é que é a tal falta de democracia”. -----

Presidente João Paulo Fonseca, pergunta se querem aprovar as atas, ou se querem que as atas venham na próxima reunião, como é que querem fazer. -----

Vereador Jorge Rodrigues, voltou a dizer que não aprova as atas nestes moldes e que “isto está ilegal”, que “nem sequer têm numeração”. -----

Vereador António Silva, deixou claro que dá parte dele, fez umas pequenas correções e que a ata última ata de dezembro tem numeração. -----

Presidente João Paulo Fonseca, explicou que todos os presentes na reunião têm acesso as atas e podem ficar com cópias das atas, até lhes são enviadas em formato digital, e em papel, e pergunta ao vereador António Silva se aprova a ata ou não. -----

Vereador António Silva, diz novamente ter corrigido as suas intervenções, estão de acordo, aprova as atas. -----

Presidente João Paulo Fonseca, pergunta ao vereador Luciano Gomes se aprova ou não as atas. -----

Vereador Luciano Gomes, diz não aprovar as atas enquanto estas não tiverem um seguimento, refere não ser justo que se esteja a aprovar a data de hoje e a do mês passado não seja aprovada, lembra que “as atas têm que ter um início e um seguimento, não andamos aqui a aprovar atas de maio e as de dezembro ainda não estão aprovadas” insiste que as atas devem ter um seguimento, não concorda com este sistema das atas, sendo assim não aprova as atas. -----

Presidente João Paulo Fonseca, informou quer o senhor vereador Luciano quer o senhor vereador Jorge têm toda a razão em relação ao seguimento das atas, mas lembrou que quando estamos a aprovar atas, estamos a aprovar o conteúdo, o que está vertido na ata o que se passou numa reunião, agora os senhores têm toda a razão naquilo que têm a ver com sequência das atas, e não admite que venham atas de junho misturadas com outubro, nem dezembro misturadas com setembro, isso não é nada, isso é uma falha dos serviços. Pergunta se à senhora vereadora Cláudia Damião se aprova ou não ata. -----

Vereadora Cláudia Damião, diz que aprova a ata mas sublinha que como não leu a ata vai confiar no que está escrito porque “se efetivamente leram a gravação foi o que eu disse”. -----

Presidente João Paulo Fonseca, informa, que as atas são aprovadas com dois votos contra, dos senhores vereadores Jorge Rodrigues e Luciano Gomes. -----

Vereador Jorge Rodrigues, diz que vai requerer as gravações das atas, para ouvir, dizendo que “tem o mesmo direito que vocês, de ver as gravações”. -----

Deliberação: Aprovado, por maioria, com dois votos contra (a saber: Vereador Jorge Rodrigues e Vereador Luciano Gomes). -----

Ata da reunião realizada em 08 de novembro de 2019 -----

Deliberação: Aprovado, por maioria, com dois votos contra (a saber: Vereador Jorge Rodrigues e Vereador Luciano Gomes). -----

Ata da reunião realizada em 13 de dezembro de 2019 -----

Deliberação: Aprovado, por maioria, com dois votos contra (a saber: Vereador Jorge Rodrigues e Vereador Luciano Gomes). -----

Informação n.º 119DGUA20 – Trabalhos Complementares – Empreitada –

Req. do Esp. Pub. Da Praça 25 de Abril -----

Transcrição do teor: -----

“Na sequência da Execução da Requalificação do Espaço Público da Praça 25 de abril, no seguimento da operação PARU - Plano de Ação de Regeneração Urbana – Mobilidade Urbana Sustentável e Reabilitação Urbana, considerou-se o seguinte: -----

- O Plano de Ação de Regeneração Urbana – Mobilidade Urbana Sustentável e Reabilitação Urbana, assenta num conjunto de critérios que procuram consolidar uma área homogénea, onde se integra a sede do concelho de Armamar, dando continuidade a um conjunto de intervenções realizadas nos anteriores quadros comunitários de apoio; -----*
- A execução e transformação da “Requalificação do Espaço Público da Praça 25 de abril”, pretende dignificar e enaltecer as características envolventes do edificado existente (vila de Armamar), permitindo a criação de um espaço verde e polivalente, reestruturando o espaço existente de estacionamento de viaturas; -----*
- Devido aos elementos arquitetónicos existentes no local e outros confinantes com o espaço descrito, foi considerado o carácter da praça, o enquadramento topográfico e arquitetónico que se tem vindo a perder ao longo dos tempos através de algumas adulterações e plásticas frustradas que queremos corrigir. -----*
- O elemento “praça” é apresentado de uma forma mais vivencial, marcante do tempo e espaço de uma das ruas mais históricas e estruturantes da Vila de Armamar. Através dos elementos constantes no local, foi possível elaborar uma proposta que permita uma amarração estética, funcional, nomeadamente na relação estética, dimensão espacial e*

enquadramento orgânico do espaço (aglomerado habitacional). Procurou-se com a presente intervenção, a obtenção um espaço edificado pleno de funcionalismo, simultaneamente atrativo, dotado exteriormente de elementos plásticos através de um embelezamento estético, que permitam alguma continuidade com o tempo e espaços vividos. -----

- Perante dos elementos constantes no local, foi possível elaborar uma proposta, que vai de encontro aos aspetos referidos anteriormente, funcionando em alguns pontos, como elementos marcantes e organicamente descritos, em função da utilização, enquadramento funcional e vivencial dos espaços públicos que a compõem. -----

- A proposta assenta fundamentalmente, na pretensão de construir um espaço que permita fornecer o devido apoio aos que nela residem, composta por espaços verdes e polivalente e de estacionamento flexível, para uma utilização diversificada, para uma melhor opção de disponibilizar aos residentes uma zona de lazer, convívio e espaço lúdico, usufruindo dos valores paisagísticos, permitindo uma amarração estética e funcional que se conjugam mutuamente. -----

Com o aditamento à empreitada (consignada e celebrado através do contrato entre as partes), e agora devidamente solicitado pelo Executivo Camarário e aprovado (reunião de Executivo do dia 14 de fevereiro do presente ano), acontece já em fase de obra, procurou-se manter um espaço pleno de funcionalismo e simultaneamente atrativo, que permita uma continuidade em parceria com a marcação do tempo e espaços através do embelezamento do espaço público da praça 25 de abril. -----

Através dos elementos constantes no local, e tendo em conta a decisão (Executivo Municipal) de alargar o acesso pedonal (localizado a Nascente da pretensão e paralelo ao edifício do Tribunal) de forma a permitir a passagem de viaturas de maior dimensão em situações de eventos especiais, tal como o dimensionamento dos elementos estruturais, reestruturação da métrica dos pavimentos e módulos “ajardinados” definidos anteriormente, permitindo uma

melhoria significativa ao nível das acessibilidades e ampliação do módulo das instalações sanitárias, proporcional às necessidades dos eventos de maior dimensão, existe a necessidade de executar trabalhos complementares à mesma. -----

Os trabalhos resultam de circunstâncias não previstas, e que não devem ser separadas técnica e economicamente da empreitada - Requalificação do Espaço Público da praça 25 de abril, implicando um aumento considerável de custos para a Câmara Municipal de Armamar. -----

Perante a proposta técnica desenvolvida pelos serviços que permite uma amarração funcional, nomeadamente na relação estética, dimensão espacial e enquadramento orgânico do espaço e tratando-se de trabalhos da mesma espécie ou espécie diferente dos previstos no presente contrato, mas a executar em condições diferentes, foi solicitado ao Empreiteiro apresentar proposta de preço e prazo de execução em conformidade com o nº1 do artigo 373º do CCP (em anexo). -----

Tendo em conta a proposta devidamente apresentada pelo empreiteiro (em anexo - proposta de preço e de prazo de execução dos trabalhos) em conformidade com o nº2 do artigo 373º do CCP, existe a necessidade de o Dono de obra de pronunciar sobre a mesma no prazo de 10 dias. -----

A proposta apresentada está em condições de ser aprovada, visto que a mesma não excede os 10 % do preço contratual (alínea b) do nº2 do artigo 370º do CCP, tal como o somatório do preço contratual com o preço atribuído aos trabalhos complementares não excede os limites previstos na alínea b) do artigo 19º do CCP. -----

Caso se decida favoravelmente em conformidade com a presente proposta e definidos todos os termos e condições a que deve obedecer a execução dos trabalhos complementares, o dono da obra e o empreiteiro devem proceder à respetiva formalização por escrito (contrato), nos termos do artigo 375º do CCP. -----

Deve ainda ser considerado o conteúdo do mesmo à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, antes de qualquer pagamento inerente à execução dos trabalhos complementares. -----

Na sequência do referido e após a decisão superior, torna-se necessário, que Divisão Municipal (DADS),preencher-se no que concerne à existência de fundos disponíveis à presente data, assim como da existência de dotação orçamental na respetiva rubrica, procedendo à cabimentação do valor para o presente ano, emitindo assim, uma informação de cabimento.” --

Informação do dirigente: -----

“Não se manifesta.” -----

Presidente João Paulo Fonseca, informa que são trabalhos complementares da empreitada de requalificação do espaço público da praça 25 de abril, refere que foi uma decisão tomada numa reunião de câmara, “por nossa decisão unânime”, explica que as alterações tiveram a ver com o alargamento do acesso e que implicaram maior volume de muros, e também com a sugestão que foi feita, que fossem ampliadas as casas de banho de apoio ao local, o empreiteiro apresentou a proposta para as alterações, os senhores vereadores tiveram acesso à documentação, pergunta em relação a este assunto se estão de acordo. -----

Vereador Luciano Gomes, diz que vai abster-se por achar o valor apresentado demasiadamente alto. -----

Vereador Jorge Rodrigues, informa que esteve a dar uma vista “de olhos” mas não percebeu bem o valor dos trabalhos que iam ser aumentados, e quis saber o que se vai fazer de concreto. -----

Presidente João Paulo Fonseca, referiu que este assunto “veio a reunião de câmara foi definido por nós todos, e aceite por nós todos as alterações que iriam ser feitas” nomeadamente o alargamento entre o Tribunal, porque ficava ali com um acesso demasiadamente estreito para entrada de camiões, e etc., o que implicava que os muros de suporte tivessem outra altura como é obvio, e outro reforço, o movimento das terras é maior, “e também decidido por nós e até penso se não me engano por sugestão

do Vereador Jorge Rodrigues que se aumentassem as casas de banho, porque as que estavam previstas eram demasiados reduzidas”, voltou a referir que as casas de banho previstas eram mais pequenas daquelas que foram aprovadas na reunião de câmara de fevereiro e “todos nós unanimemente votamos favoravelmente”. -----

Vereador Jorge Rodrigues, referiu duas questões que na altura não se falou em valores, todos concordaram mas que não se tinha falado em valores, achou que é muito dinheiro e dá a indicação que o projeto que deve ter sido feito à pressa sem rigor, e quis saber se este aumento é participado pelo apoio comunitário. -----

Presidente João Paulo Fonseca, lembrou que também se falou nessa reunião, e que estes trabalhos suplementares foram estudados, estas alterações à obra, diz que a alteração aprovada, por todos, é uma mais-valia para o projeto mas explica que “aquilo que eu defendi sempre com o autor do projeto foi que o valor final da obra não pode ser mais do que está aprovado, portanto estes quarenta e oito mil euros implicam depois a redução na parte elétrica e redução nos canteiros que estavam previstos, portanto a obra não vai sofrer um aumento de valor no final, isto são trabalhos suplementares que vão implicar depois trabalhos a menos daquilo que já estavam previstos eu deixei bem claro ao projetista e ao empreiteiro que o valor final da obra terá de ser o valor que está contratado”. -----

Vereador Jorge Rodrigues, questiona que então não vai haver aumento do valor da obra.

Presidente João Paulo Fonseca, informa que na obra vai retirar-se, a parte elétrica, que vai deixar de ser executada, os canteiros que estavam previstos também deixam de ser executados, o valor dos trabalhos suplementares vai ser compensado com os trabalhos que não vão ser executados, do projeto inicial, acima descritos. -----

Vereador Jorge Rodrigues, diz que vai dar o benefício da dúvida, acha que este valor é alto, mas como não há mais custos, “mas abstenho-me a esta situação, vocês é que têm os custos, é que têm os dados”. -----

Vereador António Silva, diz que relativamente a este assunto foi falada noutra reunião e que no final não ia haver custos a mais, disse que ia aprovar esta proposta e que ia estar atento a todos os outros autos para que se depois se verifique a ratificação dos valores, a tal compensação, “não é este o termo exato”, para depois, no final da obra, se venha a verificar que a obra não apresentou mais valores do que foi adjudicado”. -----

Vereadora Cláudia Damião, quis só dizer que realmente já tinham falado sobre isto amplamente numa das reuniões anteriores, que só faltava vir o valor, explica que não sabe se o valor é muito ou pouco, mas depois irá ver o valor total da obra e espera que realmente seja para a melhorar. -----

Deliberação: Aprovado, por maioria, com duas abstenções (a saber: Vereador Jorge Rodrigues e Vereador Luciano Gomes). -----

Informação n.º 174DGUA20 – Plano de Comunicação para Emergência (s) na Qualidade da Água para Consumo Humano do Município de Armamar ----

Transcrição do teor: -----

“Ao abrigo do disposto no n.º 8 do art.º 8 do Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, que alterou o decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, em que é obrigação geral das entidades gestoras, elaborarem um plano de comunicação para situações de emergência relacionadas com a qualidade da água destinada ao consumo humano. Para tal seguindo a recomendação da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos e o respetivo Guia Técnico n.º 25, envia-se em anexo o respetivo Plano de comunicação para Emergência (s) na Qualidade da Água para Consumo Humano do Município de Armamar, para a vossa apreciação e aprovação, enquanto entidade gestora dos serviços de abastecimento público de água.” -----

Informação do dirigente: -----

“Proponha a apreciação e aprovação, por parte do executivo Municipal, enquanto entidade gestora dos serviços de abastecimento público de água, da proposta do Plano de Comunicação para Emergência(s) na Qualidade da Água.” -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

Informação n.º 183DGUA20 – Constituição de um prédio em regime de compropriedade – José Correia -----

Transcrição do teor: -----

“O Requerente José Armando de Oliveira Correia, contribuinte n.º 135 970 016, na qualidade de “proprietário”, cuja escritura de doação se pretende outorgar (doando o referido prédio em comum e partes iguais a seus filhos), nos termos do disposto no artigo 54º da Lei n.º 91/95 de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2003 de 23 de agosto, vem solicitar parecer favorável à constituição do prédio em regime de compropriedade (emissão de certidão de compropriedade), sob o artigo matricial n.º 1660 de natureza rústica, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1216/20090506, a confrontar de Norte com o limite de Tarouca, Sul com caminho, Poente com Mário Lucena do Espírito Santo e a Nascente com Fernando Gomes Alves”. -----

Enquadramento e Descrição. -----

Enquadramento. -----

Analisando o pedido acima descrito constata-se que a constituição de compropriedade em causa está em conformidade com o descrito no n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 91/95 de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2003 de 23 de agosto, em que se refere “A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou ampliação de número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da Câmara Municipal do local dos prédios”; -----

Descrição. -----

De acordo com os elementos apresentados refere-se que o Requerente pretende ampliar o número de compartes, em comum em partes iguais a seus filhos do seguinte prédio rústico: ----

- Prédio rustico, sito no lugar de Covais de Baixo, freguesia de Cimbres, concelho de Armamar, sob o artigo matricial n.º 1660 de natureza rustica, e descrito na

Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1216/20090506, a confrontar a Norte com Helena Cardoso Pinto, Sul e Poente com as escola preparatória e a Nascente com António Pinto Cardoso inscrito na matriz da Caderneta Predial Rustica de Armamar sob o n.º 1660, com a área de 8.530m², a confrontar a Norte com o limite de Tarouca, Sul com caminho, Poente com Mário Lucena do Espirito Santo e a Nascente com Fernando Gomes Alves; -----

Histórico. -----

- À data de 27 de fevereiro de 2020, o requerente apresentou o requerimento a solicitar a emissão de certidão de compropriedade (entrada n.º 402/20 sob o processo 9/20); -----

- A 25 de março do presente ano, foi solicitado elementos adicionais e comprovativos de titularidade do prédio rustico (informação 179DGUA20); -----

- No dia 30 de março, o Interessado apresentou o Registo da Conservatória Predial de Armamar inerente prédio rustico em causa (email enviado aos serviços competentes). -----

Informação. -----

Face á análise dos elementos apresentados em conformidade o descrito no artigo 54º da Lei n.º 91/95 de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2003 de 23 de agosto, considerando o pedido devidamente fundamentado e que não vai existir nenhum parcelamento físico, em violação ao regime dos loteamentos urbanos, nem localizadas em zonas de área urbana de génese ilegal (AUGI), poderá certificar-se que não há qualquer inconveniente na constituição de compropriedade do prédio, de acordo com a seguinte proporção: -----

- Prédio rústico, sito no lugar de Covais de Baixo, freguesia de Cimbres, concelho de Armamar, sob o artigo matricial n.º 1660 de natureza rustica, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1216/20090506, a confrontar a Norte com o limite do concelho de Tarouca, Sul com caminho, Poente com Mário Lucena do Espirito Santo e a Nascente com Fernando Gomes Alves, com a área 8.530m²; -----
- ½ - Licínio Manuel Ribeiro Correia, contribuinte n.º 206 289 049; -----

- ½ - Armando Maria Ribeiro Correia, contribuinte n.º 226 765 300; -----

O documento apresentado pelo Requerente onde afirma a titularidade (Certidão da Conservatória Predial de Armamar sob o n.º 1216/20090506 e o artigo matricial n.º 1660 de natureza rústica), comprova a titularidade do prédio, tal como a legitimidade do mesmo para requerer a Certidão comprovativa à constituição de compropriedade. -----

Conclusão. -----

Considerando o descrito anteriormente, o pedido encontra-se em conformidade com os artigos 54º da Lei n.º 91/95 de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2003 de 23 de agosto, poderá certificar-se que não existe nenhum inconveniente de compropriedade no prédio descrito anteriormente nas proporções já definidas. -----

É o que cumpre informar.” -----

Informação do dirigente: -----

“Não se manifesta.” -----

Presidente João Paulo Fonseca, informa que esta situação tem a ver com a construção de um prédio em regime de compropriedade, a informação técnica é favorável, pergunta se alguém tem alguma coisa a dizer sobre o assunto. -----

Vereador Jorge Rodrigues, diz que em relação a esta situação não entende muito bem, e se os técnicos dizem e o senhor presidente da câmara diz, afirma que devem estar mais por dentro destas propostas de compropriedade, refere ainda que a informação fala de outros concelhos que faz fronteira com Tarouca, e pergunta como funcionam estas situações e se acontecem muitas vezes. -----

Presidente João Paulo Fonseca, explica “isto funciona mais naquilo que tem a ver com as heranças de divisão de propriedades portanto, uma propriedade fica para dois ou mais herdeiros” e o que a câmara tem que se pronunciar, primeiro sobre a localização do terreno e se há aqui alguma violação ou não à Lei dos Loteamentos, refere que estas

situações do pedido, é para os técnicos informarem, em primeiro lugar se a propriedade está dentro dos locais, onde é permitido os loteamentos, e se com esta compropriedade não está a violar a Lei dos loteamentos. -----

Vereador Jorge Rodrigues, pergunta se “isto acontece sempre na possibilidade de fazer loteamentos de construção é só nestes casos, e se for para a agricultura também é igual”. -----

Presidente João Paulo Fonseca, esclarece que acontece em todos os casos, para agricultura também é igual, tem que ter sempre um parecer técnico da câmara, a câmara não tem conhecimento do que é que vai ser feito, se é para a agricultura senão é, a câmara só tem que se pronunciar se ao ser feita a divisão não estar a violar a Lei dos Loteamentos. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

Imóvel em ruína, sito na Rua da Moura, na localidade de Tões – Intenção de cedência ao município de Armamar -----

Maria Otilia Santos Silva Cardoso, por requerimento, cuja apresentação teve o NIPG 517/20, transmitiu: -----

“Em resposta ao ofício N.º 380DGUA20, casa em ruínas na rua da Moura - Tões - Armamar, venho por este meio reiterar o exposto no dia 22/05/2019 (entrada N.º 873/19)” cedo o imóvel em causa ao Município de Armamar”. -----

Presidente João Paulo Fonseca, explica que a proprietária deste imóvel foi notificada várias vezes por causa da situação deste imóvel se encontrar em ruína, no sentido de proceder a obras de reparação do imóvel ou proceder à sua demolição, este imóvel foi identificado pelos serviços de fiscalização, é um imóvel que põe em risco a segurança e a salubridade. A proprietária veio ao encontro da câmara, dizer que não tem intenções nem capacidade financeira para fazer obras, nem custear até a própria demolição, e que

estaria na disposição de fazer a doação deste imóvel à câmara. Em relação a esta doação solicita a opinião dos senhores vereadores. -----

Vereador Jorge Rodrigues, achou que é uma oferta, e o imóvel está a por em causa a segurança, que se deve aceitar, realçando que não deve trazer grandes custos. -----

Presidente João Paulo Fonseca, informa que temos meios para fazer a demolição do imóvel e que fica ali um espaço para estacionamento”. -----

Vereador Jorge Rodrigues, aproveitou para dizer que em freguesias como São Cosmado e outras, que estão nessas condições, sugerir “que os proprietários já que não cuidam dos imóveis, se quiserem ceder à câmara, senão trouxer grandes custos e que deem jeito, neste caso para estacionamento ou para outras situações”. -----

Presidente João Paulo Fonseca, disse que há problemas, não só em São Cosmado, mas também em outras freguesias, de alguns imóveis que começam a ficar devolutos e a representar perigo para pessoas e bens. -----

Vereador António Silva, questionou se esta casa confina com algum proprietário, e explica que concorda com esta proposta, mas, é preciso saber se tem paredes partilhadas, porque pode arranjar-se problema com a parede partilhada, se as houver, convém esta situação ficar salvaguardada. -----

Presidente João Paulo Fonseca, concordou com a sugestão do Vereador António Silva, e entendeu que primeiro, é preciso fazer-se uma avaliação, vai mandar lá os serviços técnicos e esperar pelo relatório exaustivo da situação, em relação à demolição, se coloca em risco outras paredes que não sejam as deste imóvel, para depois não haver despesas como o confinante se for este o caso. -----

Deliberação: O assunto será objeto de reagendamento, quando conhecido o relatório a emitir pelos serviços municipais. -----

Vereador Jorge Rodrigues, quis dizer por fim que, “como agora isto mudou, daqui para a

frente entrego as propostas que tenciono fazer e vou fazê-las por escrito e posso mandar as perguntas e intenções, visto agora termos menos tempo”. -----

Presidente João Paulo Fonseca, respondeu que sim, e informou que vai continuar assim, e as questões que ficarem por responder na reunião, disse que responde por escrito”. --

Vereador Jorge Rodrigues, em relação “as minhas propostas e tudo aquilo que fizer daqui para a frente, também é da maneira que depois fica certinho nas atas, depois é só fazer um *copy e paste* não precisa de alteração”. -----

Presidente João Paulo Fonseca, diz que o senhor vereador pode fazer as propostas por escrito, coloca-as na reunião de câmara e depois manda o email com as propostas que colocou, pode fazer uma listagem das perguntas, depois coloca-as na reunião de câmara, as que ficarem por responder serão respondidas por escrito, e que podem mandar a listagem para os serviços para ficarem registadas as perguntas às quais não houve resposta. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

----- Não houve presenças. -----

Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi feita a leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

----- **Encerramento da reunião** -----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi pelo presidente da câmara municipal encerrada a reunião às doze horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca)

(António José da Silva Fernandes)